

Acordo do Brasil com o FMI será refeito

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

O novo acordo Brasil-Fundo Monetário Internacional, a ser formalizado na próxima quinta-feira, não deve durar muito tempo se não houver queda nas taxas de juros externas e melhoria no comércio mundial: esta opinião já não é apenas de economistas brasileiros, mas também de banqueiros europeus e americanos, bem como do influente jornal londrino **Financial Times**, que reconheceu esta semana que o Brasil terá que procurar uma "reestruturação mais fundamental da dívida externa" após 1984.

"O que os brasileiros parecem rejeitar enfaticamente, entretanto, é a idéia de que a enorme dívida externa do País e a carga dos juros possam impedir o crescimento e o desenvolvimento nos próximos anos" — reconhece a publicação da City, acrescentando que é esta a razão pela qual os brasileiros vêem os atuais arranjos com o FMI e com os bancos internacionais, para manter o pagamento do serviço da dívida, como uma "solução interina". As autoridades em Brasília não podem admitir isto abertamente, mas concordam.

E esta concordância já não parte só dos especialistas fora do Governo — como o diretor do Citibank e ex-ministro do Planejamento, Henrique Simonsen, que faz exatamente o mesmo tipo de advertência sobre a necessidade eventual de uma futura renegociação externa que incluiria os juros — mas também de membros da atual equipe econômica na Esplanada dos Ministérios. Reservadamente quase todos os técnicos que negociam com o Fundo e com o Comitê de Assessoria-

mento reconhecem esta "evidência".

ALTERNATIVAS

Vários ministros da área econômica também admitem que o atual acordo deve ser considerado internamente como algo provisório "mas necessário, para dar fôlego ao País para se reestruturar e partir para nova rodada de negociações com os banqueiros credores, visando solucionar a dívida a partir do final de 1984". Mas ninguém se dispõe a dizer isto abertamente, em especial nestes dias que antecedem o fechamento do pacote com os banqueiros, nos Estados Unidos, e a reunião do **board** do FMI que aprovará a Carta de Intenções brasileira.

Como o **Financial Times** observa, a maioria tem hoje seus próprios esquemas para solucionar definitivamente o problema da dívida externa — basta citar, por exemplo, a proposta da moratória unilateral da Oposição, encabeçada por Celso Furtado; ou a fórmula dos bônus da dívida, que é a mais simplista; ou a idéia do rompimento parcial e temporário com o mercado financeiro internacional, do ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira. E o próprio Governo está amadurecendo alternativas que, por ora, são sempre negadas oficialmente nas declarações à imprensa.

Na raiz da questão está o seguinte quadro: uma das maiores economias do mundo, como a brasileira, não pode, sob hipótese alguma, deixar que a exigência dos credores de se transferir para o exterior parte substancial do Produto Nacional Bruto (PNB), a cada ano — como pagamento dos juros da dívida — implique na continuidade de uma recessão interna

que já vai entrar em seu quarto ano, com forte tendência ao agravamento. "O Brasil não é um País de contínuo progresso medíocre. Sua história econômica consiste de explosões que quebram recordes e curtos e agudos períodos de dificuldades: suas cidades são feitas de mansões palaciais ao lado de favelas mal-cheirosas, e sua estrutura social apresenta o maior fosso entre ricos e pobres já registrado em qualquer nação com este tipo de estatística. No Brasil a alternativa para sucesso total é a falência total" — observa o jornal londrino.

FÓRMULAS

Nesta matéria sobre a economia brasileira (com o título: "Alguma coisa vai ter que acontecer"), o **Financial Times** recorda que há uma sensação unânime de que algo vai ocorrer nos próximos dezoito meses: "algo que vai precipitar um desastre econômico sem igual ou, então, que vai de alguma forma aliviar o esmagador peso da dívida externa". As alternativas citadas giram em torno de duas idéias básicas:

— Primeiro, o Brasil deveria pagar uma quantia "razoável" dos juros externos agora, mas poderia reconhecer seu compromisso para com uma parte ou com o total do resto dos juros, bem como pelo principal, permitindo aos credores converter os juros não pagos em empréstimos adicionais de longo prazo; segundo, o FMI ou outro órgão internacional deveria fazer empréstimos extras aos países em desenvolvimento durante os períodos em que a taxa real de juros estiver acima do nível histórico de equilíbrio, da ordem de 2 ou 3% (acima da inflação americana).

Banqueiros norte-americanos

que operam no Brasil estão entre os que já reconhecem que não dá mais para cobrar do País juros acima de 7 ou 8% em termos reais, mas até agora as autoridades brasileiras ainda não tiveram como obter nem mesmo estes níveis dos credores, na concessão dos novos empréstimos de US\$ 6,5 bilhões para 1983/84. O País vem pagando, de acordo com cálculos de economistas como o ex-ministro Mário Simonsen, em torno de 11 ou 12% de juros, além do **spread** (taxa de risco) de 2% e outras taxas.

Em sua matéria sobre a situação brasileira, o **Financial Times** cita um banqueiro de origem americana, no Brasil, dizendo que baixar as taxas de juros é a única maneira de garantir que os credores vão receber de volta algum dinheiro, porque mais doze ou quinze meses é tempo suficiente para que o problema se transforme em fato consumado. "O Governo vai dizer: três por cento de taxas reais de juros ao longo de cinquenta anos, aceita ou deixa o País" — prevê o banqueiro.

CONFRONTO

Este confronto só não estaria acontecendo no momento, segundo o jornal, porque a equipe econômica está sem credibilidade, há um consenso geral em favor de "ajustamento interno" drástico para baixar a inflação e levar a cabo reformas estruturais, particularmente, no setor público — e porque a posição externa do País é extremamente fraca para permitir uma barganha, já que não tem reservas e os estoques de óleo estão baixos. Mas o ponto crítico para resolver o problema deve vir, segundo estes especialistas, por

volta de meados de 1985.

"Por aquela época estará eleito um novo presidente, com toda a legitimidade e o apoio popular do primeiro Governo democrático em 20 anos" — observa a publicação londrina, lembrando que também deverá estar concluído o programa de "deflação" da economia brasileira, "embora isto seja incerto já que as metas domésticas do programa do FMI estão indo muito mal". Estarão recompostas em US\$ 1 ou US\$ 2 bilhões as reservas externas e a produção de petróleo e de álcool permitirá economizar outros 100 mil barris diários de importações, com a maior parte das necessidades do País supridas através de trocas com a Nigéria, o Iraque, a Venezuela e o México.

Já no próximo ano, de acordo com estas opiniões, o Brasil deverá optar claramente pela retomada do crescimento interno, independente do problema externo: "do ponto de vista do Governo, um crescimento real (acima da inflação) da ordem de 4% em 1985 é visto como o mínimo absoluto para manter um consenso político em torno do projeto democrático". Outros estudos, como um levantamento do Instituto de Economia Internacional, estima em 6% ao ano a taxa de crescimento entre 1984 e 1986. "Infelizmente ninguém no Brasil acredita, hoje em dia, em nada parecido com um desempenho favorável" — observa o **Financial Times**. O problema final é saber se os banqueiros estrangeiros vão aparecer com uma proposta "cooperativa" para o Brasil, ou vão resistir até o ponto máximo da crise, quando não terão outra alternativa senão aceitar uma renegociação ampla ou declarar o País inadimplente.